



I SEMANA JURÍDICA DO CURSO DE DIREITO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ

EDITAL Nº 01/2019 - PARA SUBMISSÃO DE TRABALHOS

O **Curso de Direito Campus Marco Zero**, em parceria com o **Centro Acadêmico de Direito Sobral Pinto**, por meio de sua Comissão Científica, no uso de suas atribuições, tornar público o presente edital e convida (aos) interessadas (os) em submeter trabalhos científicos durante a **I SEMANA JURÍDICA DO CURSO DE DIREITO DA UNIFAP** que ocorrerá na cidade de Macapá – AP, de 10 a 13 de Junho de 2019.

1 APRESENTAÇÃO

1.1 O **Curso de Direito Campus Marco Zero** em parceria com o **Centro Acadêmico de Direito Sobral Pinto**, promoverá a **I Semana Jurídica do Curso de Direito da UNIFAP**. Tal evento contará com temática voltada à análise dos **Avanços e Retrocessos no Estado Democrático de Direito**, tornando-se palco das discussões e reflexões sobre a sociedade brasileira. Visando propiciar um espaço acadêmico com debate e troca de experiências sobre este assunto elegeu-se a **I Semana Jurídica Do Curso de Direito da UNIFAP** como momento propício para discutir as questões contemporâneas deste tema, em especial as questões contemporâneas que envolvam os seguinte eixos: 1 - Constituição e Democracia, 2 - Defesa dos Povos Tradicionais da Amazônia, 3 - Direito, gênero e diversidade sexual, 4 - Acesso à justiça.

1.2. Para além desse espaço, o evento visa também incentivar a produção e difusão de trabalhos científicos que reflitam a temática proposta.

1.3. O presente Edital disciplina as normas de submissão dos Trabalhos Acadêmicos à **I Semana Jurídica do Curso de Direito da Universidade Federal do Amapá**.

2 DO OBJETIVO

2.1. Discutir as políticas públicas e sua efetiva implementação nos mais diversos meios da sociedade. Permitir aos participantes um espaço de formação, além de contato com as temáticas pesquisadas pelos professores de graduação e pós-graduação das instituições de ensino superior, bem como a exposição de trabalhos acadêmicos.

2.2. Integrar pesquisadores, objetivando a divulgação científica;



2.3. Possibilitar a participação dos estudantes, dos professores, dos pesquisadores e demais profissionais da área.

3 DO PÚBLICO ALVO

Estudantes, professores, pesquisadores, coletivos, movimentos sociais e comunidade em geral interessada na temática do evento.

4 DOS REQUISITOS PARA SUBMISSÃO E AVALIAÇÃO DOS TRABALHOS

DAS INSCRIÇÕES E DOS RESUMOS EXPANDIDOS

4.1 Podem inscrever resumos expandidos na I SEMANA JURÍDICA DO CURSO DE DIREITO DA UNIFAP, discentes de graduação e de pós-graduação bem como profissionais interessados na temática.

4.2 A submissão de resumos expandidos deverá ser realizada ANTERIORMENTE ao evento a partir do preenchimento do formulário de inscrição específico, disponível no site por meio do seguinte link <https://doity.com.br/1-semana-juridica-do-curso-de-direito-da-unifap>, de acordo com os requisitos e prazos dispostos no cronograma de atividades constante deste edital.

4.3 Os resumos deverão ser submetidos exclusivamente através do site doity, na área restrita, disponível no portal como 1º Semana Jurídica de Direito da UNIFAP, a partir de 00h01min do dia **22 (vinte e dois) de Abril de 2019** até 23h59min do dia **20 (vinte) de Maio de 2019**, no endereço eletrônico <https://doity.com.br/1-semana-juridica-do-curso-de-direito-da-unifap> de forma estruturada, seguindo rigorosamente as especificações do presente edital.

4.4 Serão certificados apenas os trabalhos devidamente apresentados oralmente pela autora (o) e pela coautora (o) – se houver – conjuntamente. Serão publicados nos anais do evento, pela **Editora CADISP**, os resumos expandidos.

4.5 A efetivação da inscrição do resumo expandido, bem como sua posterior aceitação, está condicionada à inscrição da (o) autora (o) e da coautora (o) – se houver – no evento;

4.6 Os participantes poderão submeter no máximo 1 (um) trabalho, seja na condição de autora (o) seja na condição de coautora (o).

4.7 Cada trabalho contará com a participação de no máximo 2 (duas) pessoas inscritas no evento, uma na qualidade de autora, outra na qualidade de coautora. Os resumos expandidos deverão se enquadrar em um dos Grupos de Trabalho (GTs) abaixo relacionados, mantendo sempre estreita ligação com a temática principal da 1º Semana Jurídica do Curso de Direito da UNIFAP, **Avanços e Retrocessos no Estado Democrático de Direito**, divididos entre os seguintes eixos:

Eixo 01 – Constituição e democracia;

Eixo 02 – Defesa dos povos tradicionais da Amazônia;

Eixo 03 – Direito, Gênero e Diversidade Sexual;

Eixo 04 – Acesso à justiça;

4.8 O Resumo Expandido conterá entre 1.000 (mil) e 2.000 (duas mil) palavras. O trabalho será encaminhado em formato *.doc (padrão Word) conforme a padronização seguinte:

- a) Título: tamanho 14, maiúsculo, centralizado e em negrito;
- b) Corpo do Texto: objeto, problema, referencial teórico, justificativa, metodologia, hipótese, resultados e considerações finais;
- c) Referências bibliográficas;
- d) Conter 3 (três) palavras-chave;
- e) Ser escrito com a fonte Times New Roman; tamanho 12; entrelinhas com espaçamento 1,5; sem espaçamento entre parágrafos;
- f) Usar margens superior e esquerda com 3 cm, e inferior e direita com 2 cm;
- g) Seguir as regras da ABNT para citações e referências.

5 DA SELEÇÃO DOS RESUMOS EXPANDIDOS

5.1 Os resumos expandidos recebidos serão submetidos a avaliação prévia da Comissão Científica, que constitui a Coordenação Geral do evento, que repassará tais resumos à docentes pesquisadores nas áreas em questão para análise final da seleção dos resumos expandidos. **Após o envio do arquivo, não serão aceitas correções no arquivo de texto de qualquer natureza, inclusão de autores ou alteração da ordem dos nomes;**

5.2 Os resumos expandidos submetidos serão avaliados segundo os seguintes critérios:

- a) Atualidade, originalidade e relevância do tema;
- b) Adequação e pertinência temática com o GT;
- c) Articulação e consistência teórica e metodológica
- d) Clareza, pertinência e consecução dos objetivos;
- e) Fundamento, coerência e alcance da conclusão;

5.3 Serão desclassificados os resumos expandidos que não seguirem as regras e critérios de avaliação dispostos neste edital, bem como os que forem identificados como plágio;

5.4 Os resumos expandidos classificados serão considerados aptos à apresentação oral no evento, conforme horários a ser divulgado posteriormente.

5.5 O resultado das avaliações será divulgado a partir de 31 de Maio de 2019 no endereço eletrônico do evento e mídias sociais do Centro Acadêmico de Direito Sobral Pinto;

5.6 Não haverá recurso da decisão da Comissão Científica sobre eventuais desclassificações.

6 DOS RESULTADOS

6.1 Os resumos expandidos aceitos para apresentação durante a I Semana Jurídica do Curso de Direito da UNIFAP serão comunicados, via e-mail, às (aos) interessadas (os), juntamente com a carta de aceite, até o dia 31 (trinta) de Maio de 2019, bem como serão divulgados os resumos expandidos selecionados pela Comissão Científica nas mídias do evento e do CADISP.

6.2 Para exposição e apresentação, o pagamento da taxa de inscrição deverá ser obrigatório.

6.3 Recomenda-se que o pagamento da inscrição para exposição e apresentação seja efetuado apenas após a divulgação do resultado, tendo em vista que o CADISP não realiza reembolso do valor pago pelas inscrições.

7 DA APRESENTAÇÃO

7.1 A apresentação oral dos trabalhos cujos resumos expandidos forem aceitos serão especificadas no momento da divulgação da seleção dos resumos expandidos no dia 31 de Maio de 2019 em conjunto com os horários de cada apresentação;

7.2. As comunicações orais serão sessões presenciais de apresentação de trabalhos com duração de no máximo 15 (vinte) minutos para cada trabalho correspondente a resumo expandido submetido – sendo 10 (dez) minutos para apresentação e 5 (cinco) minutos para comentários da representação da Comissão Científica de cada grupo de trabalho;

7.3 As apresentações deverão ser realizadas por autora (o) ou coautora (o), se houver;

8 DA PUBLICAÇÃO E CERTIFICAÇÃO

8.1 Os resumos aprovados serão publicados nos anais do evento, pela **Editora Cadisp**.



8.2. Todos os trabalhos que forem aprovados, além da publicação, receberão certificado. Os certificados estarão disponíveis no sistema de cadastramento dos trabalhos e caberá ao autor responsável pela inscrição e submissão o repasse do certificado aos demais autores.

9 DO CRONOGRAMA

ATIVIDADE PREVISTA	DATA
PUBLICAÇÃO DO EDITAL DA 1º SEMANA JURÍDICA	22 DE ABRIL DE 2019
SUBMISSÃO DOS TRABALHOS NO SISTEMA	ATÉ DIA 20 DE MAIO DE 2019
DIVULGAÇÃO DOS TRABALHOS APROVADOS	DIA 31 DE MAIO DE 2019

10 DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1 As disposições deste edital poderão ser revogadas ou modificadas, a qualquer tempo, pela Comissão Científica, mediante comunicação por meio dos veículos disponíveis do evento e do CADISP (e-mail, site e redes sociais);

10.2 Os direitos de publicação dos trabalhos serão automaticamente cedidos pelo autor CADISP e a CADISP Editora. Por isso, é defeso aos autores solicitar pagamento, pelo CADISP ou pela organização da I Semana Jurídica do Curso de Direito da UNIFAP, em virtude da publicação dos trabalhos;

10.4 Todos os casos omissos serão dirimidos pela Comissão Científica no pleno uso de suas funções e atribuições

Macapá, 22 de Abril de 2019

ANEXO I

Ementas das Linhas de Pesquisa – Grupos de Trabalhos

1 - Constituição e Democracia

Refletir sobre os impactos da promulgação da Constituição Brasileira de 1988 até os dias atuais, sobre a Filosofia Política, Teoria Constitucional e Democracia; Instituições Jurídicas, Separação de Poderes e Processo Constitucional. O significado do constitucionalismo democrático em uma sociedade complexa e plural; como se pensar e realizar a igualdade em um contexto de distintas concepções de bem e, portanto, debater concepções de justiça. Quais são e como funcionam os instrumentos jurídicos para a defesa de direitos constitucionais; instituições e mecanismos para promoção de mecanismos de inclusão social e construção da cidadania.

2 - Defesa dos Povos Tradicionais da Amazônia

Refletir sobre: a relação entre indígenas, quilombolas e ribeirinhos e com os representantes do novo governo e a sociedade civil; a gestão e proteção legal das áreas protegidas do Norte do país; abertura para a exploração a empresas nacionais e estrangeiras de terras protegidas por lei; progressiva diminuição e revisão de demarcações de terras indígenas; direito, luta e ativismo ambiental; transparência na gestão de terras públicas por órgãos fundiários estaduais da região Norte; consequências do mau licenciamento ambiental para os povos originários.

3 - Direito, Gênero e Diversidade Sexual

Refletir sobre as questões de gênero e sexualidade, eis que centrais nas ciências sociais, sociais aplicadas e humanas. Embora ainda recentes no campo do direito, estes estudos apresentam elementos, métodos e abordagens capazes de transpor os desafios da epistemologia tradicional problematizando desde os marcos legais e jurisprudenciais, passando pela crítica e revisão do conhecimento sobre o direito com ênfase em gênero e sexualidade. Neste sentido, este GT propõe investigar: as temáticas sobre gêneros, sexualidades e direito em diálogo com raça, classe e etnia; teorias e epistemologias feministas; identidades de gênero, teorias pós indentitárias e decoloniais; diferenças, diversidades e teorias de justiça; gêneros, sexualidades e relações de trabalho; violências e criminalização; movimentos sociais feministas e LGBT; representações e discursos; transexualidades, saúde e direito; gêneros, sexualidades e direito de família; corpo, nome e direitos da personalidade.

4 - Acesso à Justiça: direitos e garantias fundamentais

Discute teórica e empiricamente a ordem jurídica justa, o acesso à justiça, e a (re)definição dos atores e instituições do Sistema de Justiça. Recebe estudos brasileiros, estrangeiros e comparados sobre formas, possibilidades, limites e experiências de promoção do direito de acesso à justiça e ao Sistema de Justiça; formas e sistemas de solução de conflitos (judiciais e extrajudiciais, integrados multiportas e multiníveis); ondas do acesso à justiça; efetividades da prestação jurisdicional, entre outros temas conexos que se voltem à defesa e promoção da cidadania por meio do acesso à justiça. Os mecanismos de proteção e defesa de direitos e garantias fundamentais, notadamente as elencadas na Constituição da República de 1988. Discutir sobre as garantias de o cidadão exigir dos agentes públicos a proteção de seus direitos.